Estados desistem de ações e terão carência de seis meses em dívida

A uma semana de esgotar o prazo de 60 dias estipulado pelo Supremo Tribunal Federal para que estados e União negociassem juros no desconto das dívidas dos entes federativos, os envolvidos chegaram a um acordo. Nesta segunda-feira (20/6), depois de uma reunião de três horas, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e representantes de 25 estados combinaram que as pendências estaduais terão carência de seis meses nas parcelas até dezembro.

Além disso, a partir de janeiro, as prestações terão descontos que serão progressivamente reduzidos até julho de 2018. Com o acordo, os estados terão 100% de desconto nas parcelas de julho até dezembro. Em 2017, o desconto cai para dez pontos percentuais a cada dois meses, até ser zerado em julho de 2018, quando os estados voltarão a pagar o valor integral das prestações.

Os 11 estados que conseguiram liminares no Supremo Tribunal Federal para corrigir as dívidas por juros simples aceitaram desistir das ações na Justiça e voltarão a pagar as parcelas corrigidas por juros compostos (multiplicado ao estoque da dívida). O que os estados deixaram de pagar à União nos quase três meses em que vigoraram as liminares será quitado em 24 vezes a partir do próximo mês.

O acordo foi fechado em reunião entre Meirelles, 18 governadores, quatro vice-governadores e três secretários de Fazenda. No momento, os representantes dos estados estão no Palácio do Planalto para uma reunião com o presidente interino, Michel Temer, e com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, que decretou estado de calamidade pública na sexta-feira (17/6), saiu do encontro sem falar com a imprensa. Antes do acordo, Santa Catarina, primeiro estado a conseguir liminar que reajusta a dívida com a União por juros simples, reivindicava que o indexador da dívida dos estados voltasse aos patamares do fim dos anos 1990, quando houve renegociação entre estados e União.

Mais cedo, o Ministério da Fazenda tinha feito outra proposta aos governadores, que previa carência apenas por dois meses. As parcelas teriam desconto de 100% a partir de julho e o abatimento cairia gradualmente a cada bimestre até baixar para 40% em julho do ano que vem.

No segundo semestre de 2017, o valor das prestações ficaria estável, mas voltaria a subir em janeiro do ano seguinte, até o desconto ser zerado e os estados voltarem a pagar o valor integral das parcelas em julho de 2018. A primeira proposta da equipe econômica foi apresentada pela secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, na residência oficial do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, na manhã desta segunda. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created
20/06/2016

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.